

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ÓRGÃO:

Prefeitura Municipal de Tarauacá

SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Planejamento / Setor de Engenharia

Secretaria Municipal de Saúde

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Fabriola Azevedo Lima

Diretora de Convênios da Sec. Mun. de Saúde

Portaria nº 181/2025

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia

Assessora Técnica em Engenharia

Portaria nº 202/2025

E-mail:

planejamentotarauaca@gmail.com

Francisco Romário de Oliveira Costa

Secretário de Municipal Saúde

Decreto nº 086/2025

E-mail: coord.admsemsa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

DADOS DA OBRA

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:

Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22 - 010.

Nome do Projeto: **Construção de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS / Porte I, localizada na Estrada do Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010,**

celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Localização da Obra: A obra/serviços será executada na Estrada Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha, no município de Tarauacá/Acre.

1 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO

Sem escala



2 LOCALIZAÇÃO DO LOTE

1 : 5000

Imagem 01: Localização da Região de Construção do Centro de Atenção Psicossocial-CAPS
COORDENADAS Lat.: 08° 09'40.018"S / Long.: 70° 46'42.8854"W

1.2 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22 - 010, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população urbana do

referido município, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)

2.1 - O Estudo Técnico Preliminar faz-se necessário para instrução de procedimento licitatório para o objeto a ser licitado, a contratação da obra de **Construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS PORTE I, localizado na Estrada Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22 - 010, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município. Atualmente, a rede municipal de saúde não possui uma unidade física adequada e estruturada para ofertar os serviços previstos na Política Nacional de Saúde Mental, o que compromete a integralidade do cuidado e sobrecarrega as equipes da Atenção Básica, além de limitar o atendimento especializado.**

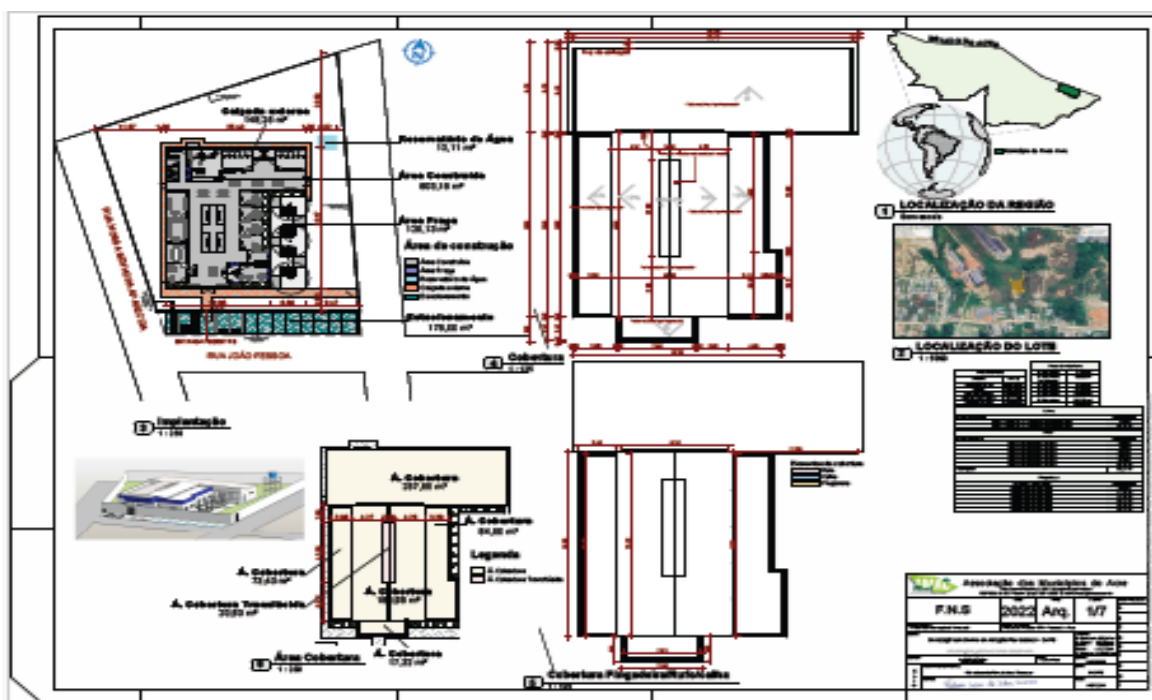


Imagem 02 – Da localização / A obra será executada na Estrada do Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha.

2.2 – O problema central a ser enfrentado consiste na ausência de uma unidade física adequada para prestação de serviços de saúde mental de caráter territorial, conforme o modelo assistencial previsto para CAPS Porte I, indicado para municípios ou regiões com população acima de 15 mil habitantes, atende pessoas de todas as idades com intenso sofrimento psíquico, promovendo cuidado contínuo, reinserção social e apoio psicossocial, inclusive para aqueles com uso prejudicial de substâncias psicoativas. A inexistência dessa unidade compromete o funcionamento da RAPS, sobrecarrega a atenção básica e aumenta encaminhamentos para municípios vizinhos, resultando em desassistência e agravamento dos quadros clínicos da população. Com a contratação pretendida será possível uma estrutura física capaz de ofertar um bom atendimento à população e a realização de diversas ações como consultas, administração de medicamentos de saúde mental, atendimentos individualizados e em grupos entre outros como, planejamento para o atendimento externo da equipe do CAPS, os quais a entidade pretende alcançar. Atualmente, não existe no município uma unidade física adequada e estruturada para ofertar serviços especializados de saúde mental conforme os parâmetros estabelecidos em normas federais, especialmente:

- Portaria GM/MS nº 336/2002, que define as modalidades e os critérios de funcionamento dos CAPS;
- Portaria GM/MS nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e estabelece diretrizes para a organização dos serviços de saúde mental no SUS;
- Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, que reúne normas sobre a organização das ações e serviços de saúde, incluindo os serviços de saúde mental;
- Diretrizes técnicas do SISMOB para implantação de unidades físicas financiadas pelo Ministério da Saúde.

2.3 - A necessidade da obra é reforçada pela obrigatoriedade de cumprimento das metas pactuadas no Termo de Compromisso junto ao Ministério da Saúde, que inclui a execução de uma edificação especificamente classificada como CAPS Porte I, conforme tipologia aprovada no Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB. O Ministério da Saúde, ao celebrar o Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010 com o município, estabeleceu como obrigação a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, específico para atendimento diário, interdisciplinar e comunitário. A ausência dessa estrutura impede o cumprimento dos parâmetros assistenciais pactuados, bem como a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no território.

2.4 - A edificação do equipamento público é também condição obrigatória para cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Compromisso junto ao Ministério da Saúde, instrumento que prevê repasse federal destinado à execução da obra. Ressalta-se que o Contrato Administrativo nº 031/2024, oriundo da Tomada de Preço nº 003/2023 – Processo

nº 1.808/2023, teve sua vigência encerrada em 21/01/2025, impossibilitando juridicamente a continuidade da execução por aditivo de prazo, uma vez que, conforme a Lei de Licitações e Contratos, a prorrogação somente poderia ocorrer dentro da vigência contratual. O encerramento decorreu de fatores externos ao ente municipal: embora o contrato e a ordem de serviço tenham sido formalizados para superação da etapa correspondente no Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB, requisito para liberação financeira, o recurso federal somente foi disponibilizado no mês de setembro de 2025, quando já não havia vigência suficiente do contrato para absorver o prazo de execução necessário. Assim, a Administração se viu impossibilitada de manter o contrato anterior ativo e executável. Dessa forma, não houve amparo legal para aditar o contrato, obrigando a Administração a proceder com nova contratação para viabilizar a construção.

2.5 - Diante disso, estabelece-se a necessidade de realizar nova contratação para assegurar a efetiva construção do CAPS, evitando perda de recurso federal, descumprimento do Termo de Compromisso e impactos negativos à política de saúde mental do município. A ausência de contratação imediata pode resultar em devolução de recursos, responsabilizações administrativas e prejuízos diretos à população usuária da RAPS, cuja demanda por cuidado psicossocial é crescente e sensível.

2.6 - Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é imprescindível para:

- Garantir atendimento humanizado e contínuo em saúde mental, conforme diretrizes nacionais;
- Assegurar o uso eficiente de recursos federais vinculados, evitando prejuízos financeiros ao Município;
- Cumprir metas e pactuações com o Ministério da Saúde, preservando a regularidade da gestão municipal;
- Ampliar a estrutura da RAPS, fortalecendo ações de cuidado comunitário e reduzindo internações hospitalares;
- Promover equidade no acesso, especialmente para populações vulneráveis no município de Tarauacá / Acre;
- Atender ao planejamento estratégico de saúde municipal, que prioriza expansão e qualificação da rede de atenção básica e especializada.

2.7 - A construção da nova unidade, localizada na Estrada do Ipepaconha, bairro Ipepaconha, surge como solução necessária para garantir atendimento qualificado, contínuo e humanizado aos usuários, reduzindo internações desnecessárias, promovendo reinserção social e ampliando a oferta de serviços especializados. A falta desta unidade compromete

diretamente o interesse público, pois impacta a efetividade da política de saúde mental, limita a cobertura assistencial e impede o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município perante o Ministério da Saúde.

2.8 - Dessa forma, a construção do CAPS Porte I configura-se como necessidade pública urgente e imprescindível, essencial para garantir cuidado adequado em saúde mental, ampliar acesso, assegurar conformidade com o Termo de Compromisso e evitar prejuízos assistenciais, sociais e financeiros ao Município de Tarauacá.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 – A contratação para a construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Tarauacá para o exercício vigente. Contudo, sua viabilidade permanece plenamente justificada, uma vez que a obra decorre de obrigação formal assumida pelo Município perante o Ministério da Saúde, nos termos do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010.

3.2 - Embora ausente do PCA, a demanda apresenta alinhamento direto com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde, considerando:

3.2.1 - a necessidade de implantação da unidade para cumprimento das obrigações pactuadas;

3.2.2 - o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no município;

3.2.3 - a ampliação da oferta de serviços especializados em saúde mental;

3.2.4 - o atendimento ao princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, observando que a excepcional inclusão da contratação decorrerá de demanda superveniente vinculada a política pública federal.

3.3 - Dessa forma, a ausência no PCA não impede a continuidade do processo, visto que a contratação é indispensável para o cumprimento de obrigação formal, cuja não execução acarretaria descumprimento do Termo de Compromisso e prejuízo à política municipal de saúde mental.

3.4 – Tal obra está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Quadro Demonstrativo de Despesa / QDD da Secretaria Municipal de Saúde. Esse alinhamento atesta o compromisso da Administração Pública com o planejamento estratégico estabelecido para o exercício financeiro de 2025/2026. A adequação com as diretrizes do Plano de Contratações Anual ressalta a transparência e a responsabilidade com que o processo de contratação é

conduzido, em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela entidade para o período em questão, demonstrando planejamento e alinhamento com as disposições legais e administrativas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;

4.2 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

4.4 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

4.5 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo a obra vinculada ao fortalecimento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS);
- h) Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) referentes ao manejo e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- i) Legislação urbanística e de obras municipais, incluindo o Código de Obras e o Plano Diretor de Tarauacá, no que couber;
- j) Normas de segurança do trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho aplicáveis à construção civil (NR-18) e às condições ambientais (NR-32).
- k) Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.
- l) A garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública, Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia.
- m) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- n) A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.
- o) Portaria GM/MS nº 336/2002, que define as modalidades e os critérios de funcionamento dos CAPS;
– Portaria GM/MS nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e estabelece diretrizes para a organização dos serviços de saúde mental no SUS;

- Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, que reúne normas sobre a organização das ações e serviços de saúde, incluindo os serviços de saúde mental;
- Diretrizes técnicas do SISMOB para implantação de unidades físicas financiadas pelo Ministério da Saúde.

4.6 - Requisitos de sustentabilidade

4.6.1 - Considerando as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), a contratação deverá observar requisitos de sustentabilidade em todas as etapas da obra, tais como:

1. Sustentabilidade Ambiental

1. Uso racional de recursos naturais:
 - Previsão de dispositivos economizadores de água (torneiras com arejadores, caixas acopladas de baixo consumo).
 - Instalação de luminárias LED e dispositivos de controle de luminosidade.
 - Aproveitamento de iluminação e ventilação natural quando tecnicamente possível.
2. Materiais ambientalmente sustentáveis:
 - Priorizar materiais com menor impacto ambiental, como tintas atóxicas, produtos com certificação ambiental e madeira de origem legal (DOF ou equivalente).
 - Incentivo ao uso de materiais reciclados ou recicláveis, quando compatíveis com normas técnicas.
3. Gestão de resíduos:
 - Exigência de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002.
 - Destinação ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde durante a futura operação (RDC ANVISA nº 222/2018).
4. Eficiência energética:
 - Preferência por equipamentos de climatização com selo Procel A.

2. Sustentabilidade Social

1. Acessibilidade universal em conformidade com a NBR 9050/2020, garantindo inclusão de pessoas com deficiência.
2. Condições dignas de trabalho para operários, com cumprimento integral das normas trabalhistas, de saúde e segurança.
3. Impacto social positivo, ao ampliar o acesso da população a serviços essenciais de saúde mental.

4. Valorização da economia local, por meio da possibilidade de contratação de mão de obra local pela empresa vencedora (quando não configurado direcionamento).

3. Sustentabilidade Econômica

1. Custo global sustentável, com análise de custo do ciclo de vida da obra (considerando manutenção e operação futura).
2. Durabilidade e desempenho:
 - o Exigência de materiais e técnicas que reduzam necessidade de manutenção recorrente;
 - o Observância da NBR 15575 – Desempenho.

4.7 - Os requisitos legais e de sustentabilidade aqui descritos integram o conjunto de obrigações mínimas a serem observadas no planejamento e execução da obra do CAPS Porte I, garantindo:

- aderência plena à Lei nº 14.133/2021,
- conformidade técnica com normas sanitárias e de engenharia,
- atendimento às exigências do Ministério da Saúde e do SISMOB, e
- execução sustentável, segura e eficiente, em benefício da população de Tarauacá.

4.8 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021 e outros pertinentes definidos no edital.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 - A estimativa de quantidades para a construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I será definida com base no projeto básico de engenharia, que estabelece os quantitativos de serviços, insumos e materiais necessários à execução integral da obra. Como se trata de edificação de pequeno porte destinada à atenção psicossocial, os quantitativos seguem parâmetros técnicos compatíveis com unidades semelhantes.

5.2 - A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido pelo órgão demandante que resulta no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

5.3 - Cada etapa do projeto que irá ser construída foi pensada para atender as necessidades proposta do solicitante e no recurso disponível, trazendo benefícios aos usuários.

5.4 - O objeto ficou caracterizado da seguinte maneira:

5.4.1 - A área de construção é de 603,18 m², distribuídos entre sala de admiração, sala de reunião, salas de atividades coletivas, sala de enfermagem, sala de medicamentos, salas de atendimento individual, sala de assistente social, pátio, recepção, estacionamento, praça e banheiros.

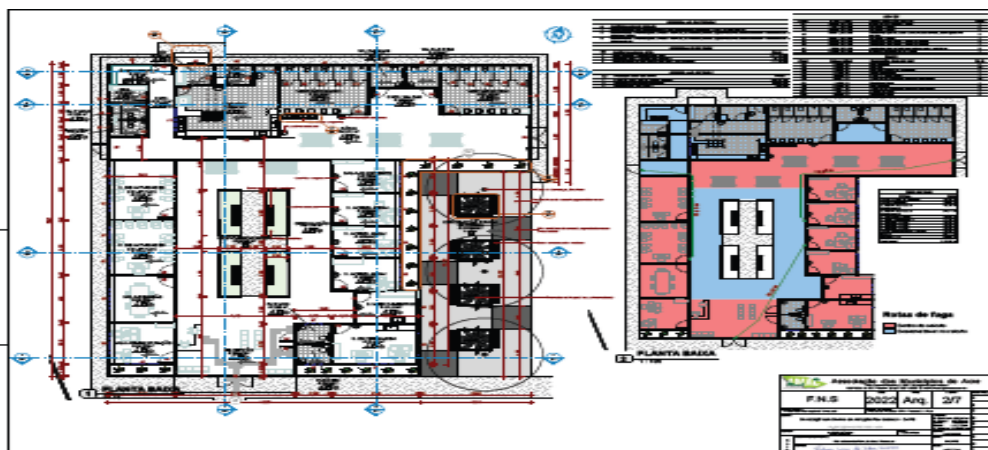



Imagem 03 – Área a ser construída

5.4 - As quantidades estimadas para os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução da obra foram cuidadosamente calculadas com base nos projetos elaborados.

5.5 - Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária sintética, analítica e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

				RESPONSÁVEL TÉCNICO	
ESTADO DO ACRE				Camila Vilena Monteiro	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ				Eng. Civil - CREA 85490-AC	

CONV.:	11507.4300001/22-910	REFERÊNCIAS:	SINAPI	AGOSTO / 2025
OBJETO:	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	BDI:	23,70%	
LOCAL:	TARAUACÁ - ACRE	LEIS SOCIAIS:	115,58%	NÃO DESONERADO
DATA:	AGOSTO/2025			

RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA					
META	SUBMETA	MACRO SERVIÇO	SERVIÇOS	VALOR TOTAL (R\$)	
1			CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS		
	1		CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS		
		1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	83.258,00	
		2	SERVIÇOS PRELIMINARES	34.188,77	
		3	CANTEIRO DE OBRAS	52.157,60	
		4	SERVIÇOS TÉCNICOS	10.512,95	
		5	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	34.862,72	
		6	INFRAESTRUTURA	90.308,81	
		7	SUPERESTRUTURA	151.466,67	
		8	IMPERMEABILIZAÇÃO	14.635,15	
		9	PAREDES E PAINÉIS	153.777,56	
		10	ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDRO	139.811,50	
		11	REVESTIMENTOS E TRATAMENTOS DE SUPERFÍCIES	177.371,70	
		12	PINTURA	97.491,18	
		13	FORRO	31.464,17	
		14	COBERTURA	210.559,04	
		15	PISOS	208.884,35	
		16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	71.759,36	
		17	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	21.763,31	
		18	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS	60.318,22	
		19	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	35.426,16	
		20	UNIDADE INDIVIDUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO (FOSSA, FILTRO E SUMIDOURO)	27.302,17	
		21	INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	9.004,97	
		22	ESTACIONAMENTO	37.037,45	
		23	DRENAGEM	8.756,93	
		24	ESTRUTURA DO RESERVATÓRIO ELEVADO	23.108,31	
		25	ABRIGO RESÍDUOS SÓLIDOS E ABRIGO DE GÁS	16.600,72	
		26	BANCO DE CONCRETO E MADEIRA - CANTEIROS - CONSIDERANDO 12 BANCOS	14.775,29	
		27	SERVIÇOS FINAIS	10.486,55	
TOTAL GERAL COM I.S. 115,58% E SEM BDI				1.477.032,76	
PARCELA REFERENTE AO BDI				23,70%	
TOTAL COM BDI				1.827.089,52	

Imagem 04 – Planilha Sintética

5.6 - Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades dos serviços, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5.7 - Os serviços ora estimados estão diretamente vinculados à Construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Porte I e não apresenta, neste momento, interdependência com outras contratações em andamento pelo município. Contudo, poderão gerar economia de escala ao serem planejados em conjunto com futuras obras de saúde básica, uma vez que metodologias construtivas, aquisição de equipamentos e fornecimento de materiais podem ser padronizados, resultando em custos mais vantajosos para a Administração Pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 – Considerando o Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010 firmado com o Ministério da Saúde, verifica-se que a única solução autorizada para implantação do serviço é **a construção de uma unidade física específica para funcionamento do CAPS I**, seguindo os parâmetros arquitetônicos e funcionais definidos nos projetos aprovados pelo próprio Ministério.

6.2 - Dessa forma, eventuais alternativas teóricas — como adaptação de prédio existente, locação de imóvel ou utilização de estruturas provisórias — não são admitidas no âmbito do compromisso formal firmado, o que limita a análise técnica à solução única de obra nova.

6.3 - A solução de construção apresenta maior vantajosidade técnica e econômica porque:

6.3.1– É a única alternativa admitida pelo Ministério da Saúde para cumprimento do Termo de Compromisso;

6.3.2 – Garante adequação plena às normas sanitárias e às necessidades específicas do serviço psicossocial;

6.3.3 – Evita custos recorrentes de adaptação ou manutenção de imóveis inadequados;

6.3.4 – Possui melhor custo-benefício no ciclo de vida, considerando durabilidade, manutenção e eficiência operacional.

6.4 - O levantamento de mercado para a execução dos serviços em epígrafe, não será considerado aqui neste estudo outras soluções, devido ser estabelecido já na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 a obrigatoriedade da forma como deve ocorrer esta solução.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

6.5 - Vale ressaltar que se trata de obra de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência, em sua forma eletrônica.

6.6 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei nº 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.

6.7 - Sabe-se que as modalidades de licitação identificadas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são classificadas em razão da natureza do objeto a ser licitado pela administração. Enquadrando-se o objeto como Obra e Serviços Comuns de Engenharia, devendo, portanto, ser aplicada a modalidade Concorrência Eletrônica.

6.8 - Devendo ser realizado levantamento de mercado através de Tabelas Oficiais na Elaboração do Projeto Básico, de acordo com as normas do CREA e CONFEA, levantamento em conta as soluções aplicadas no âmbito público regional.

6.9 - Assim a estimativa foi extraída de fontes como tabelas oficiais registradas por órgãos Federais e/ou do Governo do Estado, que dão origem as planilhas orçamentárias dos serviços em geral. Nessa toada o mercado se mobiliza em razão disso, pois as administrações se utilizam dos orçamentos elaborados para deflagrarem as contratações almejadas. Diante disso, podemos verificar que a contratação por meio de licitação se enquadra em razão do valor disposto no orçamento básico composto das tabelas de preços existente no mercado, sendo a forma utilizada pelos órgãos públicos.

6.10- Entretanto, conforme os valores estimados do projeto executivo elaborado para a contratação pretendida, e de acordo com a natureza do objeto enquadra-se na modalidade concorrência, devendo ser respeitado o prazo mínimo de publicação do edital de 10 (dez) dias úteis por tratar-se de Obras e Serviços Comuns de Engenharia, nos termos do inciso I.

6.11 – Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação. Quanto ao critério de regime de execução, os mesmos já vêm detalhados nas especificações técnicas (pg. 01) a melhor escolha.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. FINALIDADE

Estabelecer as condições gerais para a **CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL- CAPS**, no Município de Tarauacá.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para um melhor esclarecimento da situação dos serviços que serão executados, as licitantes poderão fazer uma visita técnica no local da referida obra, antes da apresentação das propostas. Mediante ao surgimento de qualquer tipo de dúvida em relação aos detalhes construtivos, serviços discriminados, dupla interpretação ou informação considerada omissa nestas Especificações, devem ser levadas a **FISCALIZAÇÃO** por qualquer tipo de comunicação escrita, e esses devem ser solucionados, antes do Processo Licitatório. Qualquer dúvida que venha a surgir após a conclusão dessa etapa só será considerada quando apresentada pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.1. Objeto

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL- CAPS, no Município de Tarauacá.

2.2. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço global.

2.3. PRAZO

O prazo para execução da obra será de **180 (cento e oitenta)** dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço e / ou assinatura do contrato, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

2.4. ABREVIATURAS

No texto destas especificações técnicas serão usadas, além de outras consagradas pelo uso, as seguintes abreviaturas:

- Fiscalização – Engenheiro ou preposto credenciado pela Prefeitura.
- Contratante – Prefeitura Municipal de Tarauacá.
- Contratada – Empresa Particular, ganhadora do processo Licitatório.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

Imagem 05 – Especificações Técnicas

6.12 - Conclui-se que a construção do CAPS I, com base nos projetos fornecidos pelo Ministério da Saúde, é técnica e economicamente a solução adequada e obrigatória para atendimento do objeto pactuado.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de

obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

7.2- Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

7.3 - Com isso, baseado no orçamento aprovado, **o valor estimado para esta contratação é de R\$ 1.827.089,52 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme planilha analítica anexo.** Sendo R\$ 1.725.000,00 (Um milhão, setecentos e vinte e cinco mil reais) com recursos do termo de compromisso, oriundo do Sistema Único de Saúde / SUS e R\$ 102.089,52 (Cento e dois mil, oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) de contrapartida do Município.

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS PORTE I, localizado na Estrada Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22 - 010, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS.	CONSTRUÇÃO	REF. 01: SINAPI – 08/2025	R\$ 1.827.089,52

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 – A solução adotada consiste na **construção de uma unidade física própria para o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I**, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010 firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Tarauacá. A obra será executada integralmente com base nos projetos arquitetônicos e complementares encaminhados pelo Ministério, que estabelecem padrões funcionais, sanitários e estruturais específicos para a implantação do serviço.

8.2 - A unidade será construída no endereço Estrada do Ipepaconha, bairro Ipepaconha, em terreno disponibilizado pela administração municipal. A edificação será composta por ambientes destinados ao acolhimento, atendimento clínico, atividades terapêuticas, administração e apoio técnico-operacional. Todo o conjunto arquitetônico segue parâmetros que garantem fluxo adequado de usuários, privacidade nos atendimentos, acessibilidade plena e segurança sanitária.

8.3 - Ambientes previstos: Conforme os projetos recebidos, a unidade contará, entre outros, com os seguintes ambientes:

Rota de fuga	
Nome	Área
SALA ADMINISTRAÇÃO	14,82 m ²
SALA REUNIÃO	16,53 m ²
S. DE ATIVIDADES COLETIVAS	19,76 m ²
S. DE ATIVIDADES COLETIVAS	21,47 m ²
S. ENFERMAGEM	19,48 m ²
S. MEDICAMENTOS	11,40 m ²
S. ATEND. INDIV.	12,00 m ²
S. ATEND. INDIV.	12,00 m ²
S. ATEND. INDIV.	12,00 m ²
SALA ASSISTENTE SOCIAL	12,20 m ²
PÁTIO	89,71 m ²
RECEPÇÃO	36,53 m ²
Total geral	277,90 m ²

Imagem 06 – Ambientes previstos

8.4 - Requisitos técnicos e construtivos: A construção seguirá normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia, adotando:

8.4.1 - Atendimento às diretrizes sanitárias estabelecidas pela ANVISA;

- 8.4.2 - Observância às normas de acessibilidade e segurança da ABNT;
- 8.4.3 - Utilização de materiais adequados às condições climáticas da região;
- 8.4.4 - Implantação de sistemas elétricos, hidrossanitários, climatização, prevenção e combate a incêndio e SPDA conforme legislação vigente;
- 8.4.5 - Soluções arquitetônicas que assegurem iluminação adequada e ambientes saudáveis.

8.5 - A construção da edificação, conforme os projetos fornecidos, constitui a solução necessária e adequada porque:

- 8.5.1 - É a única opção aceita pelo Ministério da Saúde no âmbito do Termo de Compromisso;
- 8.5.2 - Atende plenamente às exigências sanitárias e funcionais para um CAPS I;
- 8.5.3 - Garante estrutura definitiva, padronizada e otimizada para o serviço;
- 8.5.4 - Assegura a qualidade, continuidade e expansão da Rede de Atenção Psicossocial no município.

8.6 - A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes serviços:

- ✓ Item 01 – Administração Local da Obra
- ✓ Item 02 – Serviços Preliminares
- ✓ Item 03 – Canteiro de Obras
- ✓ Item 04 – Serviços Técnicos
- ✓ Item 05 – Movimentação da terra
- ✓ Item 06 – Infraestrutura
- ✓ Item 07 – Superestrutura
- ✓ Item 08 – Impermeabilização
- ✓ Item 09 – Paredes e painéis
- ✓ Item 10 – Esquadrias / Ferragens / Vidros
- ✓ Item 11 – Revestimentos e tratamentos de superfícies
- ✓ Item 12 – Pintura
- ✓ Item 13 – Forro
- ✓ Item 14 – Cobertura
- ✓ Item 15 – Pisos
- ✓ Item 16 – Instalações Elétricas
- ✓ Item 17 – Instalações Hidráulicas

- ✓ Item 18 – Louças, metais e acessórios
- ✓ Item 19 – Instalações Sanitárias
- ✓ Item 20 - Unidade Individual de Tratamento de Esgoto (Fossa, Filtro E Sumidouro)
- ✓ Item 21 - Instalações de Combate a Incêndio E Pânico
- ✓ Item 22 – Estacionamento
- ✓ Item 23 – Drenagem
- ✓ Item 24 - Estrutura do Reservatório Elevado
- ✓ Item 25 - Abrigo Resíduos Sólidos e Abrigo de Gás
- ✓ Item 26 - Banco De Concreto E Madeira - Canteiros - Considerando 12 Bancos
- ✓ Item 27 - Serviços Finais

8.7 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.8 - Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

8.9 - As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos.

8.10 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço global.**

Modalidade da Licitação: Concorrência;

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Global;

Forma: Eletrônica;

Modo de Disputa: aberto;

Critério de julgamento: Menor preço;

Tipo de Serviço: Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de Obra: Construção

Data Base do Orçamento: SINAPI – 08/2025

8.11 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

8.12 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.13 - Fica o objeto definido como Contratação de Empresa de Engenharia para **Construção de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS / Porte I, localizada na Estrada do Ipepaconha, s/n, bairro Ipepaconha, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS.** O prazo para execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de início da respectiva Ordem de Serviço e / ou assinatura do contrato, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra. **Antes do início das obras, é de inteira responsabilidade da Prefeitura a limpeza da área, e nivelamento do terreno.**

8.14 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;

- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 – A contratação não será parcelada, considerando que a obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I constitui um único empreendimento indivisível, cuja execução exige integração técnica e sequenciamento contínuo de etapas construtivas. O parcelamento poderia comprometer a qualidade da obra, aumentar riscos de incompatibilidades entre serviços e prejudicar o atendimento às diretrizes técnicas definidas nos projetos fornecidos pelo Ministério da Saúde.

9.2 - No caso presente, o parcelamento não atende ao critério de viabilidade técnica, dada a necessidade de unidade construtiva. A execução por empresa única permite melhor controle, menor risco e maior eficiência, atendendo ao princípio da economicidade.

9.3 - Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

9.4 – Assim, para execução do objeto em epígrafe, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 – A construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I tem como finalidade ampliar e qualificar a assistência em saúde mental no município de Tarauacá, fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e garantindo o cumprimento das obrigações pactuadas com o Ministério da Saúde.

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

10.2 - Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10.3 - A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1 - A Administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato: Providências que serão necessárias pela Administração para iniciar a execução do objeto: Definir local de canteiro de obra. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.

11.2 - A gestão da execução ocorrerá mediante acompanhamento técnico contínuo pela Prefeitura de Tarauacá, com supervisão da equipe de engenharia responsável, e fiscalização do contrato, em conformidade com os instrumentos de repasse de recursos federais. Serão emitidos relatórios periódicos de medição e conformidade, que servirão de base para liberação dos pagamentos, vinculados ao avanço físico da obra.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1 - A construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I poderá demandar contratações complementares ou correlatas para garantir seu pleno funcionamento após a conclusão da obra. Essas contratações não interferem diretamente na execução da edificação, mas são necessárias para a operacionalização do serviço, tais como: mobiliários, equipamentos, manutenção predial (somente poderão ser contratados e iniciados após a entrega técnica da edificação). As contratações correlatas identificadas são complementares e não inviabilizam a obra, mas devem ser planejadas antecipadamente para permitir que o CAPS I entre em funcionamento imediatamente após sua entrega, garantindo continuidade do atendimento e cumprimento integral do Termo de Compromisso firmado com o Ministério da Saúde.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - A construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I é uma obra de pequeno porte, porém sujeita aos impactos ambientais comuns ao setor da construção civil. Entre os principais efeitos esperados estão a geração de resíduos sólidos, a emissão de poeira e ruídos, o consumo temporário de água e energia e a necessidade de manejo adequado de materiais que possam apresentar riscos ao meio ambiente. Tais impactos são transitórios e controláveis, desde que observadas práticas adequadas de engenharia e gestão ambiental.

13.2 - Durante a execução da obra, será necessário estabelecer procedimentos de gerenciamento dos resíduos da construção civil, assegurando sua segregação, acondicionamento e destinação conforme as normas ambientais e as regras municipais vigentes. Também é recomendável adotar medidas simples, porém eficazes, como a umidificação periódica das áreas externas para reduzir poeira e a realização das atividades mais ruidosas dentro dos horários permitidos, minimizando transtornos à vizinhança.

13.3 - Produtos químicos e resíduos perigosos, como tintas, solventes e óleos, deverão ser armazenados em locais apropriados, evitando-se qualquer risco de contaminação do solo. Para prevenir erosão e derramamentos, a obra deve contar com proteções adequadas nas áreas de armazenamento de materiais. Além disso, é importante promover o uso racional de água e energia, orientando a equipe de execução quanto à redução de desperdícios.

13.4 - A edificação também deve incorporar princípios de sustentabilidade. A utilização de materiais de boa durabilidade contribui para menor necessidade de manutenção futura, enquanto soluções de ventilação natural e iluminação adequada reduzem o consumo de

energia ao longo da vida útil da unidade. Sistemas hidrossanitários eficientes ajudam a minimizar o uso de água, reforçando o compromisso da Administração com práticas ambientalmente responsáveis. A observância das normas de acessibilidade também contribui para o uso social mais amplo e inclusivo da estrutura.

13.5 - A obra deverá atender às regras de logística reversa previstas em legislação específica, garantindo que embalagens e resíduos de tintas, solventes, luminárias e equipamentos eletrônicos sejam destinados corretamente ou retornados aos fabricantes. Essa exigência poderá ser incluída no edital, assegurando que a empresa contratada apresente comprovantes de destinação ambientalmente adequada.

13.6 - Considerando o porte reduzido da obra e a natureza dos serviços previstos, conclui-se que os impactos ambientais são de baixa magnitude e podem ser plenamente mitigados mediante o cumprimento das ações descritas. Assim, a execução da obra mostra-se ambientalmente viável, desde que respeitados os procedimentos técnicos e legais aplicáveis.

13.7 - Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

13.8 - Na mesma interpretação, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

13.9 - Sob esse viés normativo, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

13.10 - Tal entendimento consta do art. 6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe que deve, o Projeto Básico, conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

13.11 - Diante disso, na execução da obra, deverão a contratante e a contratada proceder com a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à Administração a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a contratada o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13.12 - A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Compromisso e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá

Órgão: 19 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 10 – Fundo Municipal de Saúde

Proj. /Ativ.: 1.186 – Construção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte: 1.665.00.000 – Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados a Assistência Social - / R\$ 1.725.000,00

1.500.00.000 - Recursos Não Vinculados De Impostos / R\$ 102.089,52

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 – A análise realizada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar demonstra que a construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I no município de Tarauacá é plenamente adequada, tecnicamente viável e indispensável para o cumprimento do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/22-010 firmado com o Ministério da Saúde. A obra constitui a única alternativa possível para implantação do serviço, visto que o Ministério da

Saúde determina a execução de edificação própria, com base nos projetos arquitetônicos e complementares que foram fornecidos.

15.2 - Do ponto de vista técnico, a solução atende a todas as normas aplicáveis à construção, incluindo requisitos sanitários, de acessibilidade, de segurança e de funcionalidade para atendimento multiprofissional em saúde mental. A edificação projetada garante ambientes adequados para acolhimento, consultas individuais, atividades terapêuticas e convivência, contribuindo diretamente para a ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no município.

15.3 - Sob o aspecto econômico, a construção apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada a qualquer alternativa teórica, pois elimina despesas recorrentes com adaptações de imóveis inadequados, evita gastos com locações e reduz riscos de inadequações técnicas que poderiam gerar retrabalhos e custos adicionais. Além disso, assegura o uso eficiente dos recursos federais destinados ao município, evitando prejuízos decorrentes do eventual descumprimento do Termo de Compromisso.

15.4 - A análise operacional confirma que a solução permitirá reorganizar e fortalecer o atendimento em saúde mental em Tarauacá, reduzindo a sobrecarga de outras unidades de saúde e ampliando o acesso da população a serviços especializados. A execução da obra também se mostra ambientalmente viável, com impactos mínimos e plenamente mitigáveis mediante adoção de medidas de controle ambiental durante a construção.

15.5 - Com os estudos, análises, demonstrativos realizados e aqueles juntados ao presente ETP, ficou, de maneira detalhada e comprovada a adequação da obra pretendida, no atendimento ao interesse social envolvido, bem como, restará atendido o interesse público e a perspectiva legislação. Há equipe técnica, nos diversos setores da Administração, para dar encaminhamento às atividades de contratação e execução, com os adequados procedimentos de gestão contratual e fiscalização técnica do objeto.

15.6 - Diante do exposto, conclui-se que a contratação para construção do CAPS I é necessária, vantajosa, oportuna e plenamente justificável nos termos da Lei nº 14.133/2021. A obra permitirá ao município cumprir suas obrigações pactuadas com o Ministério da Saúde e oferecer à população uma infraestrutura adequada, segura e eficiente para atendimento em saúde mental.

Tarauacá - Acre, 24 de novembro de 2025.

Elaborado por:

FABRIOLA AZEVEDO LIMA
Diretora de Convênios da Sec. Mun. De Saúde
Portaria nº 181/2025

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA
Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:

FRANCISCO ROMÁRIO DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Municipal Saúde
DECRETO Nº 086/2025